

# A MEMÓRIA DO OUTRO: O SISTEMA DE VALORES DOS TRANSMONTANOS NO ESTADO NOVO

ALBANO VISEU\*

**Resumo:** O tema do presente estudo<sup>1</sup> teve como objectivo principal a análise e interligação de memórias, recolhidas, através de entrevistas, não só de cidadãos do Romeu, mas também de outros locais do país.

As memórias retidas pelas pessoas de locais diferentes, sobre os anos 60 e 70 do século XX, ajudarão a comprovar se houve diferenças nesse registo e se a imagem identitária, em relação ao regime, apresentou ou não características idênticas.

O mundo rural transmuntano, em que vigorou, durante muito tempo, o isolamento territorial e cultural, ter-se-á identificado com outros locais do país na captação de um suporte de memórias, relativo a um mesmo tempo histórico?

O estudo provou que a apropriação de memórias coincidiu em muitos aspectos e que as pequenas diferenças se adaptaram aos aspectos particulares da região.

**Palavras-chave:** apropriação; mudança; mundo urbano; mundo rural.

**Abstract:** The theme of the present study had as main objective the analysis and interconnection of memories collected through interviews, not only from citizens of Romeu, but also from other places in the country.

Memories retained by the people from different locations, about the years 60 and 70, will help us to establish whether there were differences in the register and if the identity image, in relation to the political regime, presented or not identical characteristics.

People living in the Trás-os-Montes rural world, in which lasted for a long time the territorial and cultural isolation, will it have identified with other places of the country in attracting a holder of memories on the same historical time?

The study proved that the appropriation of memories coincided in many respects and that small differences have adapted to particular aspects of the region.

**Keywords:** appropriation; change; urban world; rural world.

## 1 – INTRODUÇÃO

As fracas acessibilidades tornaram Trás-os-Montes uma região periférica e isolada pelo próprio relevo, permitindo «manter ainda hoje arcaísmos que têm resistido tenazmente às influências da vida moderna propalada pelos meios de comunicação social», pelas melhores vias de comunicação e pelos mais rápidos meios de transporte: daí a originalidade da região no contexto nacional.<sup>2</sup>

---

\* Professor de História aposentado e investigador do CITCEM. Licenciatura História (U. Porto, 1979). Master em Antropologia Social e Cultural (U. Santiago de Compostela, 2003): «As Memórias do Estado Novo no espaço rural (estudo antropológico de um tempo histórico na freguesia do Romeu)». Doutoramento em História (U. Porto, 2007): «Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu) ao tempo do Estado Novo». Livros: O Alfaiate de Mirandela; Desenvolvimento da periferia transmuntana: a Linha do Tua e a Casa Menéres; A Simbologia das Palavras. [albanoviseu@gmail.com](mailto:albanoviseu@gmail.com).

<sup>1</sup> VISEU, s. d.: 3-5 e 22-35.

<sup>2</sup> Selecções do Reader's Digest, 1982: 51-52.

O campo repeliu pela adstringência da vida agrícola e campestre: a monotonia das ocupações, os salários limitados, e muitas vezes apenas sazonais, o desconforto decorrente da falta de condições de habitabilidade e de conforto. E a fuga para o litoral ou para o estrangeiro transformou-se, para muitos, numa solução.

As cidades atraíram e seduziram os trabalhadores rurais, porque havia mais emprego, horas limitadas de trabalho, descanso semanal, divertimentos, salários bem remunerados, mais conforto e melhores condições de vida, mais higiene, prazer e luxo.

A partir de 1960, o país mudou e passou a ser mais urbano e mais culto, apesar de ainda manter alguns traços de provincianismo. O nosso atraso cultural, a falta de instrução e de educação são uma herança pesada do salazarismo.

O mundo rural continuou a sofrer com a falta de condições fundamentais: luz eléctrica, água canalizada, saneamento básico e ligações aos centros urbanos mais próximos. Muito trabalho era preciso fazer para que o mundo rural saísse do marasmo em que ainda vivia.

A situação económica e social em Portugal até aos anos 60 não era encorajadora: mais de 80% da população portuguesa trabalhava na terra e era analfabeta; a maior parte queria emigrar ou para o Brasil ou para as colónias. Para os camponeses que ficavam havia pouca esperança de promoção e de melhoria social.

As oportunidades de subir até feitores de famílias ricas eram poucas. A população camponesa só podia obter uma educação se fosse grátis e a ascensão a uma classe social superior podia ser conseguida, através de um bom casamento, as raparigas, e tentando um dos lugares grátis nos seminários católicos, os rapazes.

Em 1930, Portugal era um país essencialmente agrícola e a sua economia situava-se entre as mais atrasadas da Europa. A sociedade paternalística estava

*polarizada em termos de classe, com uma poderosa burguesia terratenente, um pequeno, mas crescente grupo de grandes industriais, uma classe média tradicional fraca, uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais ignorantes e miseráveis e um número considerável de operários urbanos*<sup>3</sup>.

Coexistiam uma agricultura tradicional, com baixos índices de produção e de produtividade, e uma indústria dominada pelos sectores tradicionais de baixa tecnologia, de pouca especialização e de reduzido investimento de capital. Havia a dispersão empresarial, o domínio da indústria artesanal, oficial e de pequenas empresas e um quase diminuto sector de serviços moderno<sup>4</sup>.

Esta situação de atraso e de inconsistência social irá marcar, até aos anos 60, a natureza e o ritmo da evolução das políticas sociais.

As condições de trabalho, nas nossas aldeias, obrigaram o pai e a mãe a estar afastados dos filhos quase o dia inteiro, sendo estes criados sobretudo pelos avós.

---

<sup>3</sup> MÓNICA, 1978: 79, 81.

<sup>4</sup> ROSAS, 1994: 22, 81, 82.

Após os anos 60, como os pais tiveram de partir para as migrações, foram os avós ou outros familiares que os educaram. Adveio desta situação a manutenção de uma atmosfera e de um ambiente tradicionalista no seio das sociedades camponesas.

Naquele tempo, as aldeias pululavam de gente que arduamente se entregava às lides do campo (amanho da terra; colheita dos frutos; arrancar a batata; apanhar a azeitona e a amêndoa; ceifar os cereais; as malhadas; a cresta do mel) e ao tratamento dos animais (ordenha, pasto, recolha nos cardenhos, tirar o estrume e distribuí-lo pelos campos de cultivo e encontrar soluções, quando adoeciam...).

Os montes contavam com muito espaço para a cultura dos cereais. Colhia-se muito centeio, o trigo, a aveia, a cevada e o feno. Nos montes e nas planuras dos terrenos, nos lameiros, pastavam cabradas, rebanhos e manadas de vacas.

Todos os elementos das famílias, algumas muito numerosas, contribuíam com a sua quota-parte nos imensos trabalhos.

Era dura e árdua a vida no campo e muita gente tentava libertar-se da miséria em que vivia: alguns fixaram-se em cidades ou vilas do país; outros, partiram para as colónias; e, outros, rumaram até países estranhos do seu.

As figuras nacionais ensinaram as pessoas a obedecer, sob a batuta da repressão e do autoritarismo; as forças da ordem abafaram a suas vozes; a propaganda do regime extrasara a sua ânsia incontida de liberdade.

Quem sentia o valor da diferença, tinha de fugir, senão os esbirros do regime, perseguiam, espancavam, aprisionavam, alguns deles num suplício até à morte...

Levados pelos ventos da mudança, muitos foram para o estrangeiro e, aí, aprenderam a viver, a pensar, a libertar-se. Beberam ideias novas e aprenderam a ouvir ao longe a voz abafada de um povo: «Pergunto ao vento que passa notícias do meu país. E o vento cala a desgraça, o vento nada me diz». «Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não<sup>5</sup>».

O vento levava os rumores de um tempo que permitia saber o não sabido.

E o povo português, vítima dos «encantos» do regime, deixou-se adormecer ao som das vozes gritantes e ordeiras do sistema. Embalados pela propaganda fascista, aderiram à Legião Portuguesa, os jovens à Mocidade Portuguesa, e assistiram deslumbrados às paradas, onde se rendia culto ao chefe e se ovacionava e fazia a continência fascista.

Assistia-se à Exposição do Mundo Português, às inaugurações (pontes, barragens, escolas, hospitais, estádios de futebol, auto-estrada, abertura de estradas...) e a alguns melhoramentos em aldeias, vilas e cidades.

Os transmontanos conheceram muito sofrimento: o pouco poder de compra, que mal dava para viver (muitos andavam remendados e descalços e só em dias especiais havia calçado e roupa mais cuidada); a partida para a emigração; o desembarque para a guerra colonial; as notícias sobre os acontecimentos desta guerra; as perseguições políticas; as notícias de torturas e de sofrimentos que o regime semeou por todo o país...

Comia-se pão, a maior das vezes de centeio, cereal abundante na região. A maior parte das refeições eram acompanhadas com uma salada de tomate e cebola, a que se juntavam batatas cozidas e azeitonas. Se a comida crescia, guardava-se no mosqueiro ou em panelas e tachos e aquecia-se para nada se desperdiçar.

Carne, quase só se comia em dia de festa ou de comemoração. A carne de porco era a que mais se consumia, devido à criação que deste animal se fazia para aproveitar alguns restos que cresciam da alimentação da família.

As moiras, as alheiras, as chouriças de cebola e de sangue, além do presunto, curtido à lareira, durante o Outono e o Inverno, eram o tempero para as muitas forças despendidas no amanho das terras e no trato dos animais.

Havendo carne de porco, haveria que dar à família por uns tempos.

Também se comia carne das galinhas, mas estas eram necessárias para pôr ovos que serviriam para a alimentação e para deitar a chocar. E, ao obter novos pintainhos, se renovava o galinheiro.

Nos trabalhos dos campos, como as ceifas, as malhadas, a plantação de batatas, e tantos outros, ou havia uma refeição quente ou se comia de seco, em que o pão e o peguilho, levado de casa ou fornecido pelo patrão, eram complementados com água ou com vinho.

Quanto ao peixe, só se comia, quando passava pelas aldeias a camioneta do peixeiro, ou quando a peixeira o recebia e o apregoava pelas ruas e vielas. Comia-se sardinha de barrica, sardinha salgada, carapaus e chicharros, faneca, raia...

Uma sardinha era, muitas vezes, dividida por dois elementos da família. A carne era também muito bem distribuída pela família e pouca calhava a cada um.

Comia-se muita batata, abundante na região, massa, arroz, grão-de-bico, feijão-frade, cevadilha, lentilhas, ervilhas, favas, queijo, alguma fruta, compotas caseiras, bolos, biscoitos.

Comia-se no escano, o centro da vida familiar da época: local onde se tomavam as refeições, se conversava, se tomavam decisões, se dormia uma cesta, se tomava banho dentro de uma bacia, para aproveitar o calor da lareira ou do fogão. Ali se contavam histórias aos mais novos, lendas, contos, lengalengas, provérbios, adivinhas e rifões populares, alimentando-lhes a imaginação, alertando-os para o mundo do bem e do mal, do correcto e do incorrecto e se abordavam temáticas sobre a adolescência, a meninice e a velhice.

Ali, se encontrava a família, arranjando formas de passar o tempo e de passar o serão. Havia lugar aos jogos tradicionais. E, ali, se projectava o aumento da prole.

A família deitava-se cedo, porque havia que se levantar cedo para começar os trabalhos agrícolas e da pecuária e havia muito para fazer. E quando não havia, era tempo para se ir a feiras ou mercados comprar alfaias agrícolas, arreios, adubos e sementes ou vender-se a produção agrícola ou animal.

Era também nas feiras que se comprava calçado, vestuário, alguma fruta da época como o melão, a melancia, os abrunhos, os pêssegos...

Nas feiras, também se combinavam os preços da produção agrícola (uvas, azeitona e azeite; vinho), se faziam contratos de trabalho; se combinavam preços a pagar aos trabalhadores; se sabia o preço da batata semente, dos adubos, das jeiras...

Muito cedo começava o tratamento dos animais: ordenha e alimentação. Era preciso tirá-los do curral, da corriça ou da cortinha e levá-los para as tarefas agrícolas e para as pastagens dos campos ou da beira de rios...

À noite, e muitas vezes de manhã, era a ordenha dos animais.

Enquanto o pastor tratava de apascentar seus animais, a pastora vendia o leite, coalhava e fazia queijo para o poder vender e para o consumo da casa.

Vida dura e amargurada aquela, mas necessária para ganhar para o que fosse necessário para a família, para comprar adubos, sementes, outros produtos para a agricultura ou para renovar o gado, ou comprar mais pintainhos...

A maior parte das casas só por volta dos anos 60 começou a ter luz eléctrica, apesar de em muitos locais da região, esta só chegar depois dos anos 80 e com ela os electrodomésticos.

Havia candeeiros de petróleo e lampiões de azeite. Em alguns trabalhos nocturnos, como na pisa do vinho, utilizava-se a luz dos gasómetros, de hidrocarboneto.

A vida estava sujeita ao ciclo secular dos dias e das noites, dos meses e das estações do ano, num mundo que tirava a sua subsistência, essencialmente da colheita e da agricultura.

Era uma vida lenta, ao sabor dos trabalhos e das estações do ano, ritmada pelos relógios das igrejas, no mostrador dos quais se podia ler, em latim, a citação «*Omnnes vulnerrant, ultima necat*», isto é, «todas ferem, a última mata».

O galo anunciava o despontar de um novo dia e havia que distribuir o tempo para que tudo resultasse com harmonia. Cantava-se, comia-se, convivia-se.

Havia a realidade de saber enfrentar o tempo: o tempo das vindimas, das sementeiras, das podas e das limpas, das ceifas, da apanha e da seca dos figos, da apanha da azeitona...

## 2. PROBLEMÁTICA

O Estado Novo marcou profundamente a memória de muitos portugueses. O tempo dilatado de vigência deste regime político, de 1933 a 1974, levou à fixação de acontecimentos nacionais e internacionais que, entretanto, se cruzam numa espécie de simbiose partilhada.

O mundo rural e o mundo urbano viveram um conjunto de fenómenos históricos que precisam de ser questionados, daí justificar-se este levantamento, num trabalho de análise e de cruzamento dos dados levantados.

No mundo rural, deprimido e contido, dadas as escassas ofertas de trabalho, havia o fraco ou nulo poder aquisitivo de bens e de serviços essenciais e muitas privações; o domínio de uma gestão de recursos, em que o paternalismo e o ruralismo de cariz feudal predominaram.

O efeito pontual e sistemático levava a não questionar, porque as influências de determinadas pessoas eram essenciais<sup>6</sup>. Era necessário estar de bem com um procedimento que primava por se manter ligado ao sistema político vigente e condicionava, porque impunha e dominava a vontade e o poder decisório dos elementos da população.

<sup>6</sup> VISEU, 2007: 70.

Houve um entendimento entre os trabalhadores, que forneceram a força de trabalho, recebendo em troca um escasso salário e alguns favores, e os senhores, que precisaram da força de trabalho daqueles, a troco de um salário miserável, para que lhes tornassem as terras produtivas e lhes enchessem as tulhas, os armazéns, os lagares e lhes proporcionassem viver sem trabalhar, simplesmente porque este direito se manteve activo, até ao momento em que a força braçal, consciente da sua exploração, decidiu fugir a esta situação.

A cidade, mais uma vez, ofereceu a libertação às exploradas classes dos campos. A emigração cimentou, igualmente, a vontade e o desejo de melhorar a situação de vida para as pessoas que partiam e para os familiares que ficavam<sup>7</sup>.

O Estado Novo apostou na manutenção deste sistema económico-social e, inicialmente, reprimiu a emigração. A partir dos anos 60, o próprio regime ganhou consciência da importância que essa saída poderia constituir para o país.

Um país pobre conseguiu, graças à contenção do despesismo e a um forte controle sobre os gastos públicos, amealhar, entesourar. O equilíbrio orçamental contou com o sacrifício do povo português, pois viveu uma vida miserável, de pobreza, de escassez de recursos, de um limitado acesso à saúde, à educação, a bens essenciais e a equipamentos.

Este cenário durou até aos anos 60, quando o governo procurou com o desenvolvimentismo<sup>8</sup> abrir novas perspectivas a um país rural, católico, dependente de líderes, de caciques e de favores.

Encenou-se, então, uma forma para acabar com a situação deprimente do povo português, surgindo uma situação ensaiada, em que os actores passaram a ser os elementos do governo e os seus simpatizantes, recrutados entre os dominadores e os caciques locais.

Esta empatia entre as duas partes continuava a dar um papel de domínio aos senhores locais e concedia-lhes um poder controlador e mobilizador.

A consciência da dominação foi crescendo e o desejo de libertação constituiu um dos factores que deu azo a que, em finais dos anos 60, se verificasse uma hemorragia social que começou a reduzir o interior do país a casas sem vida e sem gentes, a pólos de esquecimento e de letargia.

Os valores tradicionais e inquestionáveis foram postos em causa. O contágio, provocado pelo contacto com outros mundos de desenvolvimento, «corrompeu» o mundo rural e retirou-lhe uma forte carga emotiva, baseada na família, no trabalho e na tradição<sup>9</sup>.

A riqueza do transmontano passou a contar com a valorização de um novo dilema: sentiu-se influenciado por esse contágio, mas continuou a manter uma forte atracção pelas raízes, pelo berço, pelas tradições e pelas memórias.

E até que ponto coincidiram ou divergiram as memórias desse tempo nos dois campos em que se pretende lançar o presente estudo?

---

<sup>7</sup> VISEU, 2007: 58; HOLANDA, 1969: 48.

<sup>8</sup> VISEU, 2007: 214; 220-224.

<sup>9</sup> VISEU, 2007: 458.

### 3. METODOLOGIA DE TRABALHO E PRESSUPOSTOS ORIENTADORES DO ESTUDO

O tema escolhido para estudo será aprofundado, recorrendo à observação, análise e interligação de um universo de memórias, recolhidas através de entrevistas, e à consulta de alguma bibliografia específica, produzida, essencialmente, pelo autor<sup>10</sup>.

Os entrevistados serão questionados sobre o mesmo suporte de memórias, a fim de se poder estabelecer um quadro comparativo entre as vivências e as recordações que remetem para um mesmo cenário histórico: o tempo e as memórias do Estado Novo, no espaço rural e em outros espaços, nos anos 60 e 70.

O governo e alguns particulares estiveram empenhados numa certa modificação do cenário económico e social dos portugueses desse tempo. A cultura e a mentalidade foram condicionadas por parâmetros desenvolvimentistas e pelos quadros forjados pela ditadura, como sendo essenciais e necessários para não fazer perigar o regime.

Houve pessoas que não conseguiram viver sempre dentro do espaço rural, pois tiveram de migrar, pelo que tomaram contacto com diferentes mundos de partilha: o mundo rural de pertença e o espaço de apropriação para onde foram viver e lhes passou a pertencer.

A dificuldade do encontro com o outro, com o português de outras regiões, de centros decisores e da máquina do regime, deve ter condicionado o acesso à informação e de ficar ao corrente do que passava no país.

O fenómeno da mudança trouxe um conjunto de transformações que provocaram desequilíbrios que se torna necessário conhecer, a partir da voz dos «sem voz» da sociedade portuguesa<sup>11</sup>.

No fundo, pretende-se recolher e analisar as memórias retidas pelas pessoas de locais diferentes, para ver até que ponto viveram e assimilaram as mudanças por que passou o país, e se o mundo rural, em que primou o isolamento territorial e cultural, se identificou com outros espaços e com o todo nacional na apropriação de memórias de um mesmo tempo histórico.

O meio rural será representado pela freguesia do Romeu, cuja história tem vindo a ser estudada pelo autor, espaço em que serão entrevistadas apenas 20 pessoas, devido à sua baixa densidade populacional.

Os habitantes do Romeu ficaram a conhecer nitidamente as características do regime, devido ao seu isolamento parcial, representado pela mudança de polaridade desenvolvimentista para Vale de Couço, onde se localizava a escola Primária, a Casa Menéres, a Casa do Povo e onde passava a Estrada Nacional e o caminho-de-ferro?

<sup>10</sup> Estudos: VISEU, Albano (2012) – *Clemente Menéres – O homem de negócios e o comboio do Tua*. Foz Tua Conference; VISEU, Albano (2013) – *A fábrica de cortiças de Mirandela e a Linha do Tua*. Foz Tua Conference; VISEU, Albano, BEIRA, Eduardo e CORDEIRO, José (2014) – *A fábrica de cortiças do Quadraçal: uma cápsula no tempo*. II Congresso Internacional sobre Património Industrial, Porto: Universidade Católica. VISEU, Albano, BEIRA, Eduardo e CORDEIRO, José [s.d.] – *A cortiça, as fábricas da Sociedade Clemente Menéres e o seu escoamento, através da Linha do Tua*. Documentos Projecto TUA/História, sobre a Linha de Foz Tua a Mirandela: construção, alterações e comemorações do centenário.

Livros: VISEU, 2007; VISEU, 2003; VISEU, 2013.

<sup>11</sup> VISEU, 2003: 126-128.

Os outros locais do país corresponderão a espaços diferentes, dando prioridade à área mais próxima, constituída pelo núcleo de memórias, Mirandela, e muitas das suas aldeias, estendendo-o, depois, a vilas como as de Macedo de Cavaleiros, Vila Flor, Murça, Mogadouro, Vinhais e Moncorvo e alargando-a, depois, às cidades de Bragança e de Vila Real. Esta escolha será enriquecida, se lhe forem acrescentadas as memórias de pessoas de espaços importantes de captação (Coimbra, Lisboa e Santa Comba Dão) e de outras regiões do país.

Serão realizadas 50 entrevistas, nesta área alargada, devido à sua dimensão territorial.

Os entrevistados do Romeu e de outros locais serão questionados sobre a mesma abrangência temática, a partir de um guião de entrevista idêntico, a fim de se verificar se foram apreendidas as características do regime e para que, com base nos dados levantados, se faça a sustentação do presente estudo.

## 4 – A MEMÓRIA DO OUTRO: O SISTEMA DE VALORES DOS TRANSMONTANOS (ANOS 60 E 70 DO SÉCULO XX)

### 4.1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O Universo de estudo ficou constituído, aleatoriamente, por 20 pessoas do Romeu e por 50 de outros locais do país, apresentando a amostra as seguintes características:

**Quadro 1:** Dados caracterizadores do estudo

CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS		QUANTIDADE		%	
		ROMEU	OUTROS LOCAIS	ROMEU	OUTROS LOCAIS
Estado civil	Solteiro	1	4	5	8
	Casado	18	40	90	80
	Viúvo	1	5	5	10
	Divorciado	0	1	0	2
Sexo	Masculino	11	25	55	50
	Feminino	9	25	45	50
Sector de actividade	Primário	5	8	25	16
	Secundário	0	5	0	10
	Terciário	7	25	35	50
	Domésticas	7	7	35	14
	Reformados	1	5	5	10
Habilitações	Analfabeto	1	3	5	6
	3.ª classe	2	3	10	6
	4.ª classe	12	11	60	22
	2.º ciclo	2	5	10	10
	3.º ciclo	0	2	0	4
	Ensino secundário	1	6	5	12
	Magistério primário	0	1	0	2
	Licenciatura	2	19	10	38



CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS		QUANTIDADE		%	
		ROMEU	OUTROS LOCAIS	ROMEU	OUTROS LOCAIS
Residência (época em estudo)	Meio rural	15	7	75	14
	Meio misto	4	5	20	10
	Meio urbano	0	23	0	46
	Estrangeiro	1	5	5	10
	Colónias	0	9	0	18
	Não respondeu	0	1	0	2

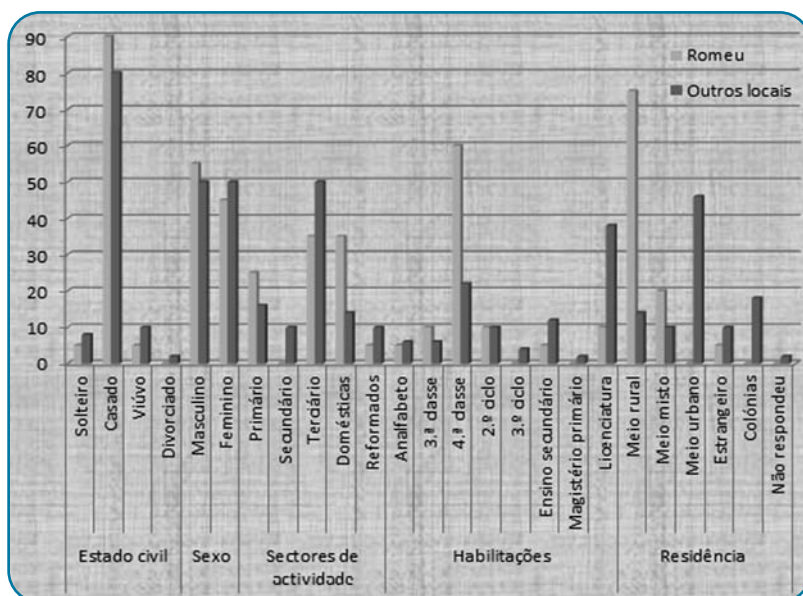
A diferença do número de elementos entrevistados ficou a dever-se a uma resposta mais limitada da parte das pessoas da freguesia do Romeu, em relação a outros locais, no ano da realização das entrevistas (2003).

Os restantes dados recolhidos foram trabalhados e cruzados, obtendo-se uma percentagem para termo de comparação.

Os entrevistados confirmaram que possuíam diferentes tipos de memórias:

- os habitantes do Romeu – muitas memórias (25%) e algumas memórias (75%);
- os habitantes de outros locais – muitas memórias (14%); algumas (52%); poucas (30%); não responderam a esta questão (4%).

**Gráfico 1:** Características dos espaços de estudo.



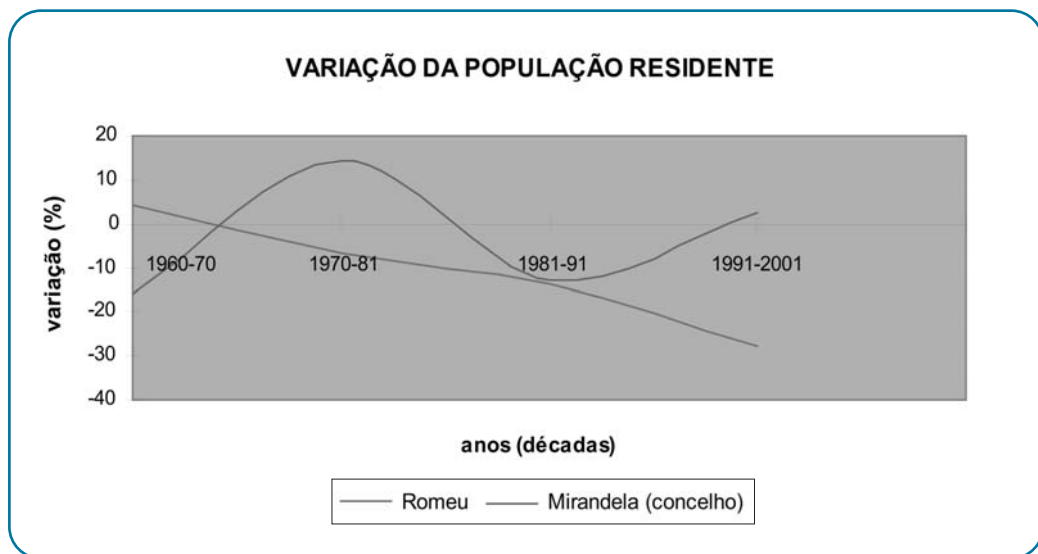
Estabelecendo uma comparação entre as características apresentadas pelos dois espaços de estudo (Romeu; outros locais), constatamos que:

- a maior parte das pessoas entrevistadas eram casadas (90%; 80%);
- registou-se um certo equilíbrio, em termos de género, nos dois universos de estudo;
- as pessoas pertenciam à população não activa (35%; 24%) – com destaque para as domésticas, sobretudo no Romeu, e os reformados – e à população activa (65%; 76%). E estas estavam integradas nos seguintes sectores de actividade: primário (42%; 21%), secundário (0%; 13%) e terciário (58%; 66%);
- foi significativo o número de pessoas licenciadas, fora do Romeu (10%; 38%), e com a 4.ª classe, na freguesia do Romeu (60%; 22%);
- ainda havia focos de analfabetismo nos dois espaços em estudo (5%; 6%) e de pessoas com a 3.ª classe (10%/6%);
- a maior parte dos moradores do Romeu viveu, na época em estudo, no meio rural (75%), e apenas 5% no estrangeiro, enquanto os moradores de outros locais viveram no meio urbano (46%), nas colónias (18%), no estrangeiro/ emigração (10%) e só um pequeno número no meio rural (14%).

Na análise, foi considerado o meio misto, traduzindo este fenómeno a ruralidade e a partida de muitas pessoas, após finais dos anos 70, para as vilas ou para as cidades mais próximas ou para a emigração.

As migrações internas e externas provocaram o despovoamento e o abandono de vilas, aldeias e lugares do interior transmontano.

**Gráfico 2:** A variação da população residente (Romeu e concelho de Mirandela).



Fonte: VISEU, 2003: 58.

## 4.2. AS MEMÓRIAS CRUZADAS DE UM TEMPO HISTÓRICO (ANOS 60 E 70 DO SÉCULO XX)

As memórias mais marcantes, registadas nas duas áreas de estudo, foram as seguintes:

**Quadro 2:** Cruzamento de Memórias históricas

MEMÓRIAS		ROMEU	OUTROS LOCAIS
Económicas	Vida ligada à agricultura tradicional e à criação de gado	29%	33%
	Dificuldades económicas, fome e miséria	24%	29%
	A acção da família Menéres (criando emprego e dinamizando a economia)	25%	12%
	Alimentação ligada aos produtos naturais	22%	26%
Sociais	A emigração	16%	18%
	O difícil acesso à saúde e à assistência médica e medicamentosa	14%	13%
	A relação entre os trabalhadores e os patrões	10%	7%
	A lentidão do tempo no meio rural	10%	10%
	Controlo dos hábitos da mulher	9%	12%
	Questões de honra e de vergonha	9%	9%
	3 EFES	9%	11%
	Casa transmontana	8%	4%
	A mãe/ ausência do pai	8%	8%
	Preconceitos	3%	6%
Políticas	Alterações sociais	4%	2%
	A guerra colonial e o serviço militar	21%	25%
	A falta de liberdade, a PIDE, a opressão e o autoritarismo	20%	24%
	Os discursos e as cerimónias de publicidade ao regime	18%	14%
	O regedor e o cabo de ordens	15%	13%
	O governo de Marcelo Caetano	12%	13%
	Acontecimentos históricos locais	9%	6%
Acontecimentos históricos mundiais	5%	5%	
Culturais	As festas, romarias e inaugurações	31%	15%
	O analfabetismo	27%	33%
	O acesso à cultura e à educação	22%	23%
	Os heróis e símbolos nacionais	14%	22%
	A Alegria no Trabalho	6%	7%

Os fenómenos históricos evocados foram muito parecidos, a nível económico, social, político e cultural, nos dois espaços, verificando-se uma coincidência das seguintes memórias mais recordadas:

- a) a nível de memórias económicas: a vida ligada à agricultura tradicional e à criação de gado; as dificuldades económicas, a fome e a miséria; a alimentação baseada nos produtos naturais. Foi também recordada a acção da família Menéres ao criar emprego, ao melhorar infra-estruturas e equipamentos e ao dinamizar a economia local, regional e nacional.

b) a nível de memórias sociais: a emigração e o êxodo rural; o difícil acesso à saúde, à assistência médica e aos medicamentos; o controlo sobre os hábitos da mulher; a relação entre os trabalhadores e os patrões; a lentidão do tempo em meio rural.

Foram ainda referidos: os 3 EFES; o papel da mãe e a ausência do pai na educação dos filhos; questões de honra e de vergonha; preconceitos; a casa transmontana (uma imagem da Casa Portuguesa); alterações sociais.

c) a nível das memórias políticas: a guerra colonial e o serviço militar; a falta de liberdade, a PIDE, a opressão e o autoritarismo; os discursos e as cerimónias de publicidade ao regime.

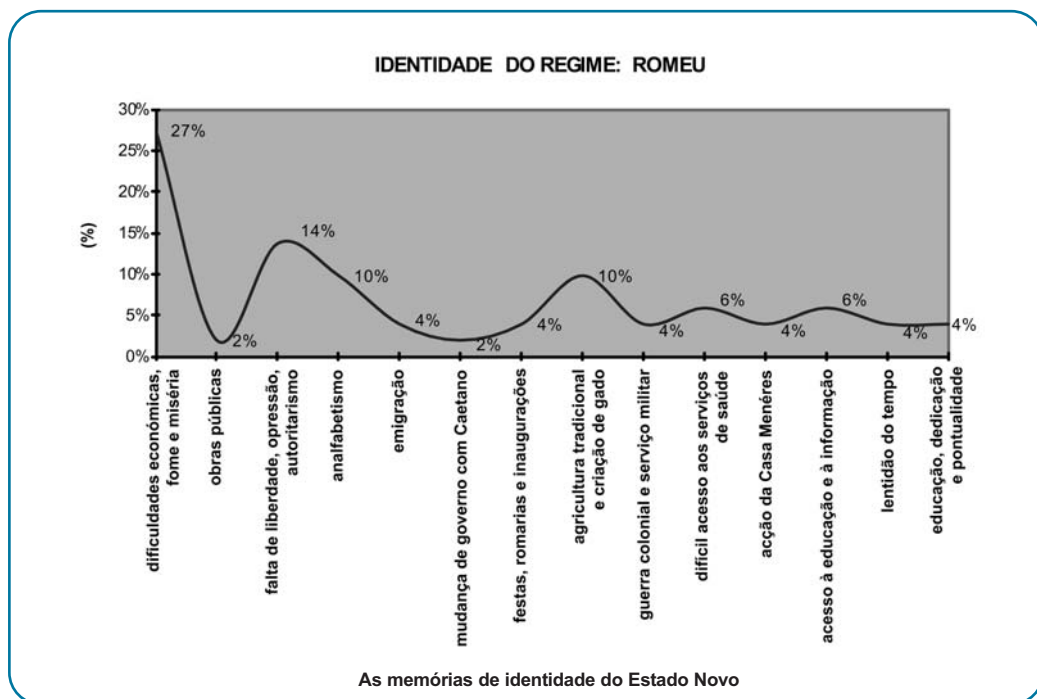
Foram também referidos: a função do Regedor e do Cabo de Ordens; o tempo de governo de Marcelo Caetano; acontecimentos políticos locais, nacionais e mundiais.

d) a nível das memórias culturais: o analfabetismo e as dificuldades daí resultantes; as festas, romarias e inaugurações; as dificuldades de acesso à cultura e à educação; o culto aos heróis e aos símbolos nacionais; a Alegria no Trabalho.

Analisemos, agora, as memórias, a partir das quais se pode traçar a identidade do regime do Estado Novo, para verificar como foram interiorizadas nas duas áreas em estudo.

Os entrevistados mencionaram um vasto leque de referências que os remeteram para o tempo histórico analisado no presente estudo.

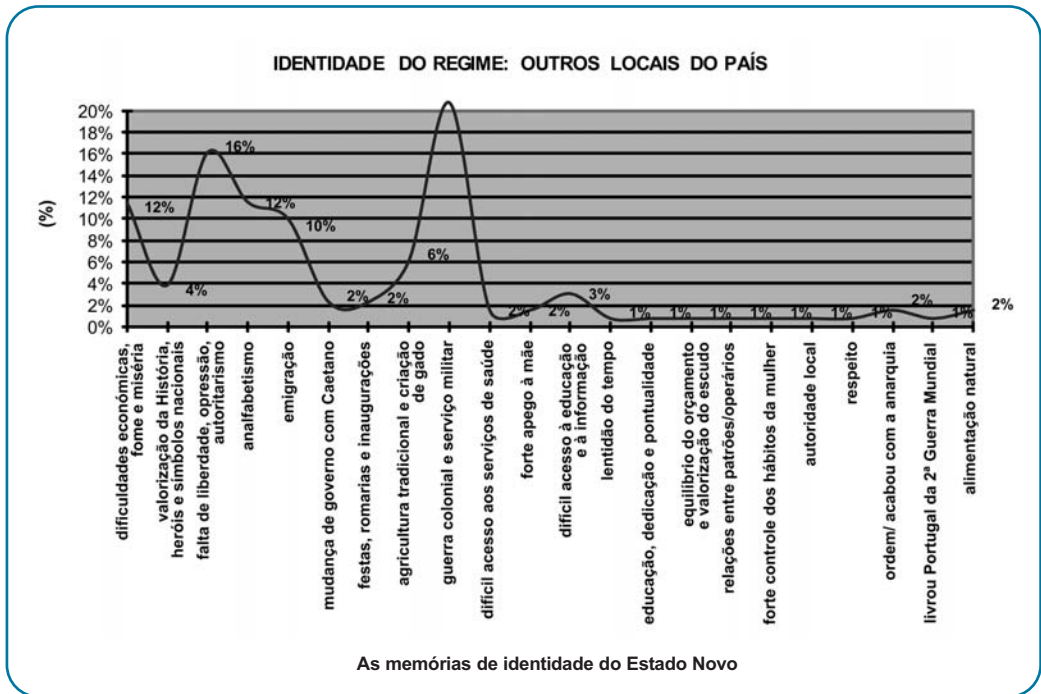
**Gráfico 3:** As Memórias da imagem identitária do regime no Romeu.



Houve memórias mais marcantes e estigmatizadoras que foram mais quantificadas que outras. Mas todas elas marcaram os entrevistados, as suas famílias, os seus amigos, vizinhos e conhecidos.

A abrangência de um processo limitador e afrontador, capaz de criar mal-estar e displicência, pode ter sido sentida em ambos os mundos de pertença pelos indivíduos que se sentiram confrontados com o poder, com os seus sinais de domínio e com formas que impediram a liberdade e o acesso à educação, à saúde e à cidadania activa.

**Gráfico 4:** As Memórias da imagem identitária do regime em outros locais do País.



A comparação entre as Memórias que deram uma imagem identitária do regime torna-se essencial:

**Quadro 3:** Memórias de identidade do regime do Estado Novo

MEMÓRIAS	ROMEU	OUTROS LOCAIS
Mais referidas	1.º – dificuldades económicas, fome e miséria	1.º – guerra colonial e serviço militar
	2.º – falta de liberdade, opressão e autoritarismo	2.º – falta de liberdade, opressão e autoritarismo
	3.º – analfabetismo	3.º – analfabetismo
	4.º – agricultura tradicional e criação de gado	4.º – dificuldades económicas, fome e miséria
	5.º – guerra colonial e serviço militar	5.º – emigração
	6.º – difícil acesso aos serviços de saúde e a emigração	6.º – agricultura tradicional e criação de gado

MEMÓRIAS	ROMEUS	OUTROS LOCAIS
Menos referidas	1.º – governo de Marcelo Caetano; festas, romarias e inaugurações; acção da Casa Menéres; lentidão do tempo no meio rural 2.º – difícil acesso à educação e à informação; educação, dedicação e pontualidade; relações entre trabalhadores e empregadores; alimentação natural; obras públicas	1.º – valorização da História, dos heróis e dos símbolos nacionais 2.º – difícil acesso à educação e à informação 3.º – governo de Marcelo Caetano; festas, romarias e inaugurações; difícil acesso aos serviços de saúde; forte apego à mãe; Salazar, salvador da Pátria: livrou Portugal da anarquia 4.º – lentidão do tempo; educação, respeito, dedicação e pontualidade; equilíbrio do orçamento e valorização do escudo; relações entre trabalhadores e empregadores; forte controle dos hábitos da mulher; autoridade local: regedor e cabo de ordens; Salazar, salvador da Pátria: livrou Portugal da 2.ª Guerra Mundial

Ao estabelecer a comparação entre as imagens identitárias do regime, poderemos constatar que há uma certa aproximação na maior parte delas, porque:

a) algumas, são comuns: a falta de liberdade, a opressão, o autoritarismo, a acção exercida pela polícia política e o peso que o analfabetismo teve na sociedade portuguesa da época em estudo; a vida de muitas dificuldades económicas (racionamentos, fome, miséria); a agricultura tradicional, os trabalhos do campo e a criação de gado; a guerra colonial e o serviço militar; a emigração.

b) as memórias menos significativas para os habitantes do Romeu foram: o difícil acesso à educação e à informação; a educação, a dedicação e a pontualidade; as relações entre trabalhadores e empregadores; a alimentação natural; as obras públicas; enquanto que para os indivíduos de outros locais foram: a lentidão do tempo; a educação, o respeito, a dedicação e a pontualidade; o equilíbrio do orçamento e a valorização do escudo; as relações entre trabalhadores e empregadores; o forte controle dos hábitos da mulher; a autoridade local: regedor e cabo de ordens; Salazar, salvador da Pátria: livrou Portugal da 2.ª Guerra Mundial.

c) outras memórias, apesar de pouco referidas, foram valorizadas de forma diferente: no Romeu, o governo de Marcelo Caetano; as festas, romarias e inaugurações; a acção da Casa Menéres; a lentidão do tempo no meio rural; em outros locais, o governo de Marcelo Caetano; as festas, romarias e inaugurações; o difícil acesso aos serviços de saúde.

Algumas memórias foram apenas referidas pelos entrevistados de outros locais do país: a valorização da História, dos heróis e dos símbolos nacionais; o forte apego à mãe; as relações entre trabalhadores e empregadores; o forte controlo dos hábitos da mulher; a autoridade local; Salazar, salvador da Pátria: livrou da anarquia e da 2.ª Guerra Mundial, equilibrou o orçamento e valorizou o escudo.

Estes factores identitários assumem algum valor como marca de suporte do regime, pois as populações viram-se confrontadas com eles, tendo registado em suas mentes um tipo de modelação.

## 5. CONCLUSÃO

O pressuposto inicial remetia para o isolamento da aldeia do Romeu, uma vez que a Estrada Municipal n.º 572 não tinha saída e era preciso voltar atrás, até atingir a EN n.º 15, em Jerusalém do Romeu, e para a dificuldade que os seus habitantes sentiriam para ficar a par das ideias e de princípios do regime do Estado Novo.

Os estudos realizados provaram que essa ideia estava errada, porque: a família Menéres sempre recebeu na sua casa solarenga, em Jerusalém do Romeu, figuras gradas do regime que visitaram a região; os melhoramentos do Romeu dos anos 60 foram concretizados em articulação entre Manuel Menéres e a Junta de Colonização Interna, o que contribuiu para a divulgação da imagem do desenvolvimentismo e de ideias do regime; o comboio transportou trabalhadores rurais, técnicos especializados, feitores, colaboradores da Casa Menéres, moradores da aldeia e suas visitas e, com eles, chegaram informações do que se passava no país e no estrangeiro.

Se no todo nacional pairou a mística fórmula do regime, as diferenças encontradas na freguesia do Romeu explicam, por elas próprias, os resultados constatados.

A comunidade soube, realmente, ver-se «do outro lado do espelho», dando-se conta de como viveu a sua história local e de como se encaixou na história nacional.

Algumas pessoas entrevistadas comprovaram que sentiram a fome, o racionamento, a miséria e a falta de poder de compra, à imagem do todo nacional.

Os ordenados auferidos evitaram a muitos habitantes do Romeu ter de partir para o estrangeiro e houve habitantes que emigraram e regressaram a esta freguesia, devido ao tipo de vida que tinham adquirido.

O Programa das Aldeias Transmontanas Melhoradas e a assistência prestada pela Casa Menéres evitaram a emigração em larga escala, o que se viria a verificar em muitas aldeias vizinhas.

A falta de liberdade, a opressão e o autoritarismo foram consideradas, de entre as memórias políticas, as mais limitadoras. E foram tão limitadoras e constringedoras que as pessoas da freguesia do Romeu, como se pôde confirmar, adoptaram uma posição de defesa, pouco falando sobre assuntos políticos. Havia, até, o medo de se poder arranjar uma carga de problemas.

A guerra colonial foi marcante e os estigmas de sofrimento e de dor que se cravaram nas pessoas acabam por nos ajudar a compreender o valor dessa recordação.

As festas, as romarias e as inaugurações marcaram as celebrações culturais das populações em geral. Foi problemática a questão do analfabetismo, do fraco acesso à cultura e à educação e o difícil acesso à saúde e aos medicamentos. Todas estas dificuldades afectaram tanto a população do Romeu, como a de outros locais do país.

Apesar de haver Escola Primária na freguesia do Romeu, houve algumas pessoas que não a frequentaram: os filhos trabalharam na agricultura, para poderem comer e não passar fome; as filhas ficaram em casa a tomar conta da casa e dos irmãos mais novos.

Os entrevistados foram capazes de apontar características que traçaram a identidade do regime político em que viveram, tendo considerado mais significativas: as dificulda-

des económicas, a fome e a miséria e, ainda, a falta de liberdade, a opressão e o autoritarismo do regime.

A sociedade portuguesa ficou moldada por uma educação marcada pela primazia de certos valores que se foram mantendo e transmitindo ao longo dos tempos, antes que a modernidade deixasse os seus traços e alterasse muitos dos valores tradicionais.

O pai ficava ausente da educação dos filhos e a mãe destacava-se, porque marcava o «mundo dos afectos»: educava, moldava, modelava e controlava.

Este estudo mostra que houve pequenas diferenças pontuais no registo de memórias, ligados a factores e a vivências dos cidadãos, e que a imagem identitária, traçada para o regime, apresentou características idênticas.

Perante a caracterização dos dois espaços de estudo, e considerando o nível médio de idades das pessoas que aceitaram responder às questões (64 anos no Romeu e 53 anos nos lugares dispersos pelo país), constatou-se algumas dificuldades em reconstituir amplamente vivências significativas, porque revelaram:

- 1.º – uma dificuldade em estabelecer uma ligação clara com o passado;
- 2.º – uma fraca conexão com os fenómenos históricos e com outros de cariz socio-cultural;
- 3.º – a existência de um número considerável de analfabetos<sup>12</sup>;
- 4.º – um certo receio em responder às questões (4 entrevistados no Romeu e 12 em outros locais), o que deixa antever o forte peso de um passado recente que ainda leva as pessoas a adoptar uma posição de defesa;
- 5.º – um certo desinteresse, parecendo não querer falar sobre um tempo que, ou os marcou profundamente (houve até pessoas que choraram ao ser entrevistadas), devido a imagens que se entranharam profundamente em si mesmas, pelo que lhes custa fazer reviver, ou, ainda, porque não gostam de colaborar e vivem o seu mundo muito à sua maneira;
- 6.º – o envelhecimento da população.

Apesar de o relevo ter condicionado a história das comunidades rurais, isolando-as, criando-lhes dificuldades, levando-as a criar formas de subsistência e de partilha, num comunitarismo que tende a desaparecer, há uma forte aproximação entre os dois modelos históricos estudados (Romeu/outros locais do país) e as pequenas diferenças prendem-se com as vivências específicas das localidades.

O Estado Novo foi recordado como um tempo muito complicado, de muitas dificuldades e de se ter passado muito mal, pelo que alguns entrevistados formularam o desejo de que «esses (tempos) que hoje nos lembrem e outros que cá não voltem!» e afirmaram que o 25 de Abril deveria ter vindo muito antes e evitaria o sofrimento de muita gente.

Aparentemente tudo mudou no país e na região transmontana, nos anos 60 e 70 e, mais especificamente, com a chegada da Democracia. As alterações mexeram com o

---

<sup>12</sup> Plano Global de Intervenção do Centro Rural Macedo/ Mirandela, 1996: 17, fonte CCRN: o Romeu possuía, em 1996, 13,8% de analfabetos.



tecido social e modificaram muitos padrões assumidos, até então, como necessários e basilares.

Os modelos externos começaram a chegar ao mundo rural e levaram-lhe uma profunda alteração, uma vez que este se foi deixando urbanizar e cativar por formas e por bens de consumo que interferiram com os seus horizontes culturais e com as suas referências, a vários níveis.

Os aspectos positivos e negativos de mudança que referiram, verificados após o 25 de Abril, foram os seguintes: entre os primeiros, a melhoria de condições de vida das pessoas e das acessibilidades – o que quebrou o isolamento da região transmontana –, a melhoria dos meios de comunicação e dos meios de transporte, o desenvolvimento da região de Trás-os-Montes e do país, o trabalho passou a ser mais leve, os apoios sociais e os tempos de lazer aumentaram; entre os segundos, a crise de valores que se instalou na sociedade portuguesa: a falta de educação, de respeito pelas pessoas e de honestidade, a corrupção, a materialização e o consumismo, a anarquia, o banditismo e a desumanização.

A mudança acentuou e proporcionou vários tipos de alterações, a nível de: padrões de consumo; condições de vida; estrutura da população; disponibilidade de ter e de utilizar a moeda; prestígio e autoridade dos órgãos do poder local; a visão do mundo; a atmosfera geral da aldeia: a entreaajuda levava a sociedade rural a ignorar o conflito, a manter a proximidade e a igualdade social, mas estes elementos vão-se alterar; os camponeses, que sempre tiveram orgulho do seu trabalho, da sua relativa independência e dos seus usos e costumes, ganharam consciência do seu baixo nível de vida e da inferioridade social: razões para a mudança, para as migrações e para o esvaziamento rural.

A difusão das relações de mercado transformaram gradualmente a exploração familiar camponesa e a urbanização, a aculturação e a difusão da cultura de massas propiciaram a destruição do isolamento das populações rurais.

Os camponeses sentiram a influência dos efeitos do meio e dos agentes externos e passaram a ter mais tempo disponível para estar em contacto com os meios de comunicação de massas.

A população do Romeu sentiu fenómenos (sociais, económicos, culturais, políticos e religiosos) como outros cidadãos da mesma área e de outras regiões do país, pelo que não ficou indiferente, perante os efeitos e as transformações que acabaram por afectar as suas vidas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, Manuel (2015) – *Trova do Vento que passa*. In *Praça da Canção*. Lisboa: D. Quixote.
- CUNHA, Luís (2001) – *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: O Estado novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969) – *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978) – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa, Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando (1994) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Direcção de José Mattoso. Vol. VII. Selecções do Reader's Digest (1982) – *À descoberta de Portugal*, Lisboa.

- VISEU, Albano Augusto Veiga (2003) – *As Memórias do Estado Novo no espaço rural: estudo antropológico de um tempo histórico, na freguesia do Romeu*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Tese de mestrado.
- (2007) – *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu) ao tempo do Estado Novo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- (2013) – *Desenvolvimento da periferia transmontana: A Linha do Tua e a Casa Menéres*. Vila Nova de Gaia: Inovatec/Projecto Foz Tua.
- (s.d.) – *Memórias cruzadas de um tempo histórico: o Romeu e outras localidades do país nos anos 60 e 70*. Mirandela: Edição de autor. [no prelo]

## FONTES IMPRESSAS E DACTILOGRAFADAS

*Plano Global de Intervenção do Centro Rural Macedo/ Mirandela*, Outubro de 1996, vol. I.

## ENTREVISTAS<sup>13</sup>

### Entrevistas no Romeu (2003)

- N.º 1 (77, F, V, Vila Verdinho-Cedães, doméstica, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 2 (43, M, C, Romeu, vendedor, Secretário da Junta de Freguesia, 12.º ano)  
N.º 3 (70, M, C, Romeu, agricultor, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 4 (69, F, C, Romeu, doméstica, 6.º ano)  
N.º 5 (60, F, C, Romeu, doméstica, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 6 (72, M, C, Romeu, agricultor, 3.<sup>a</sup>)  
N.º 7 (67, M, C, Vale de Couço, comerciante, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 8 (62, F, C, Vale de Couço, doméstica, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 9 (53, M, C, Vale de Couço, motorista, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 10 (65, M, C, Vila Verdinho, agricultor, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 11 (49, F, C, Avantos, doméstica, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 12 (67, M, C, Vale de Couço, agricultor e comerciante, 4.<sup>a</sup> – adulto)  
N.º 13 (76, F, C, Vila Verdinho, doméstica, 1.<sup>a</sup>)  
N.º 14 (82, M, C, Romeu, jornalista, 3.<sup>a</sup>)  
N.º 15 (69, M, C, Romeu, comerciante, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 16 (73, F, C, Romeu, comerciante, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 17 (43, M, C, Romeu, professor, Licenciatura)  
N.º 18 (78, F, C, Assoreira, aposentada, 2.º ciclo)  
N.º 19 (54, F, C, Romeu, doméstica, 4.<sup>a</sup>)  
N.º 20 (57, M, S, Carvalhais, professor, Licenciatura)

### Entrevista em outros locais do país (2003)

- N.º 1 (51, F, C, Coimbra, professora, Licenciatura)  
N.º 2 (45, F, C, Freixiel-Vila Flor, professora, Licenciatura)  
N.º 3 (46, F, C, Pereira-Mirandela, professora, Licenciatura)  
N.º 4 (51, M, S, Lisboa, agricultor, Licenciatura)  
N.º 5 (42, M, S, Lisboa, zootécnico, Licenciatura)  
N.º 6 (42, F, C, Murça, professora, Licenciatura)  
N.º 7 (39, M, C, Bragança, Funcionário PT, Ensino Secundário)

---

<sup>13</sup> Nota: na identificação das entrevistas não figura o nome do entrevistado, para preservar a respectiva identidade.

- N.º 8 (61, F, C, Vale de Pereiro-Mascarenhas-Mirandela, Encarregada de limpeza Tribunal, analfabeta)  
 N.º 9 (71, F, V, Mirandela, doméstica, 4.ª)  
 N.º 10 (40, F, C, Mirandela, Educadora de Infância, Licenciatura)  
 N.º 11 (75, F, V, Vilar Seco da Raia-Vinhais, doméstica, 4.ª)  
 N.º 12 (78, M, C, Santa Comba Dão, comerciante, 2.º ciclo)  
 N.º 13 (48, M, C, Pombal de Ansiães-Carrazeda de Ansiães, enfermeiro, Licenciatura)  
 N.º 14 (44, M, C, Vilar Seco de Lomba-Vinhais, Eng.º Agrónomo, Licenciatura)  
 N.º 15 (44, F, C, Tó-Mogadouro, professora, Licenciatura)  
 N.º 16 (78, F, C, Assoreira-Mirandela, aposentada, 2.º ciclo)  
 N.º 17 (54, F, C, Mirandela, doméstica, 4.ª)  
 N.º 18 (37, F, C, Mirandela, Empregada balcão, 6.º ano/2.º ciclo)  
 N.º 19 (40, F, C, Mirandela, professora, Licenciatura)  
 N.º 20 (44, M, C, Angola, comerciante, 7.º ano Liceu)  
 N.º 21 (64, M, C, Bragança, reformado, 5.º ano Liceu/3.º ciclo)  
 N.º 22 (42, F, C, Bragança, funcionária, 12.º ano)  
 N.º 23 (52, F, V, Cabanelas-Mirandela, salsicheira, 4.ª)  
 N.º 24 (60, F, C, Freixeda – Mirandela, doméstica, 4.ª)  
 N.º 25 (61, M, C, Freixeda – Mirandela, aposentado, 4.ª)  
 N.º 26 (48, M, divorciado, Vinhas-Macedo de Cavaleiros, agricultor, 4.ª)  
 N.º 27 (68, M, C, Angola, cartógrafo, Curso de Cartografia/Ensino secundário)  
 N.º 28 (64, F, C, Parâmio-Bragança, doméstica, 3.º ano/3.ª classe)  
 N.º 29 (36, M, C, Bragança, litógrafo, 6.º ano/2.º ciclo)  
 N.º 30 (61, M, C, Mirandela, reformado, 6.º ano/2.º ciclo)  
 N.º 31 (47, M, C, Vila Real, economista, Licenciatura)  
 N.º 32 (48, M, C, Macedo de Cavaleiros, professor, Licenciatura)  
 N.º 33 (46, F, C, Sátão, professora, Licenciatura)  
 N.º 34 (68, F, V, Alpiarça, doméstica, 4.ª)  
 N.º 35 (57, F, C, Caravelas-Mirandela, doméstica, 3.º ano/3.ª classe)  
 N.º 36 (50, F, C, Lisboa, Técnica Superior Principal DRATM, Licenciatura)  
 N.º 37 (49, M, C, Lisboa, Eng.º Agrónomo, Licenciatura)  
 N.º 38 (65, M, C, Vilar de Ledra – Mirandela, reformado, 4.ª)  
 N.º 39 (53, M, S, Franco-Mirandela, professor, Licenciatura)  
 N.º 40 (46, M, C, Mirandela, pintor, 4.ª)  
 N.º 41 (48, M, C, Vale Pereiro-Mascarenhas-Mirandela, agricultor, 3.ª)  
 N.º 42 (46, F, S, França, Técnica de computadores, 12.º ano)  
 N.º 43 (50, F, C, Mirandela, Funcionária pública, 3.º ciclo liceu)  
 N.º 44 (66, M, C, Mirandela, serrador de madeiras, analfabeto)  
 N.º 45 (46, F, V, Larinho-Moncorvo, Ajudante cozinha, 4.ª)  
 N.º 46 (45, M, C, Matela-Vimioso, empresário, 9.º ano/3.º ciclo)  
 N.º 47 (72, M, C, Vinhas-Macedo de Cavaleiros, agricultor, analfabeto)  
 N.º 48 (52, M, C, Angola, professor, Magistério Primário)  
 N.º 49 (43, F, C, Santa Comba Dão, professora, Licenciatura)  
 N.º 50 (60, M, C, Bemposta-Mogadouro, professor, Licenciatura)

